



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

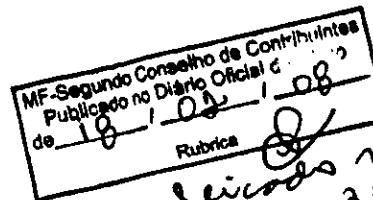
Brasília, 09/01/08

Sigla: SSB
Matr.: Sape 91745

CC02/C01
Fls. 155

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº 13974.000010/2002-50
Recurso nº 132.428 Voluntário
Matéria IPI
Acórdão nº 201-80.739
Sessão de 20 de novembro de 2007
Recorrente CEREAGRO LTDA.
Recorrida DRJ em Florianópolis - SC



MF-Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial de 18/01/08
Rubrica SSB
Republicado no
DOU de 05.03.08

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Período de apuração: 01/04/1988 a 30/09/1995

Ementa: PIS. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REPETIR E COMPENSAR.

A decadência do direito de pleitear a compensação e restituição tem como prazo inicial, na hipótese dos autos, a data da publicação da Resolução do Senado Federal que retira a eficácia da lei declarada inconstitucional (Resolução do Senado Federal nº 49, de 09 de outubro de 1995, publicada em 10 de outubro de 1995).

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Josefa Maria Marques
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Presidente

Antônio Ricardo Accioly Campos
ANTÔNIO RICARDO ACCIOLY CAMPOS

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva, Fabiola Cassiano Keramidas, Maurício Taveira e Silva, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, José Antonio Francisco e Gileno Gurjão Barreto.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 09 / 01 / 08	
Silvio S. Barbosa	
Mat. Siage 91745	

CC02/C01
Fls. 157

Relatório

Trata-se de pedido de restituição de PIS (fl. 1) apresentado em 10 de janeiro de 2002, relativamente aos períodos de apuração de abril de 1988 a setembro de 1995.

Alegou a interessada que estaria sujeita, no período, ao PIS/Repique, em face da constitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988.

Apresentou demonstrativo de apuração e cópias de Darf.

A autoridade de origem indeferiu o pedido (fls. 118 a 119), em despacho de 24 de outubro de 2002, em razão do prazo de cinco anos previsto no art. 168 do CTN.

Inconformada com a r. decisão acima descrita, em 12/12/2002, a recorrente apresentou manifestação de inconformidade (fls. 124 a 129), alegando, em síntese, que, no caso de tributos lançados por homologação, o prazo de decadência para restituição se perfaz em 10 (dez) anos.

No Acórdão de nº 6.613, de 30 de setembro de 2005 (fls. 134 a 142), a DRJ em Florianópolis - SC indeferiu o pleito da contribuinte, declarando estar extinto o direito à restituição do tributo, em face do transcurso de mais de 05 (cinco) anos entre o pedido e os recolhimentos efetivados.

Inconformada a parte interessada apresentou, tempestivamente, recurso voluntário (fls. 146 a 152), requerendo a reforma do Acórdão para que seja deferido o pedido de compensação dos valores indevidamente recolhidos.

É o Relatório.



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 09/01/08.
Silvio <i>SSB</i> Barbosa Mat.: Siape 91745

CC02/C01
Fls. 158

Voto

Conselheiro ANTÔNIO RICARDO ACCIOLY CAMPOS, Relator

No tocante à prescrição, adoto os fundamentos do Acórdão anulado, que abaixo reproduzo:

"No caso concreto, uma vez tratar-se de declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988, foi editada Resolução do Senado Federal de nº 49, de 09/09/1995, retirando a eficácia das aludidas normas legais que foram acoimadas de inconstitucionalidade pelo STF em controle difuso. Assim, havendo manifestação senatorial, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, é a partir da publicação da aludida Resolução que o entendimento da Egrégia Corte espraiá-se erga omnes.

Portanto, tenho para mim que o direito subjetivo de o contribuinte postular a repetição ou compensação de indébito pago com arrimo em norma declarada inconstitucional nasce a partir da publicação da Resolução do Senado Federal de nº 49, sendo seu prazo de cinco anos. Em conseguinte, somente se o pedido administrativo tenha sido protocolizado após 10/10/95 é que o direito ao indébito estará decaído. Não discrepa de tal entendimento, o disposto no item 27 do Parecer SRF/COSIT nº 58, de 27 de outubro de 1998.

Dessarte, tendo a contribuinte ingressado com seu pedido em 14/06/2000 (fl. 01), não identifico óbice a que seu pedido de compensação seja apreciado, vez que inociou decadência de seu direito ao pedido administrativo de compensação de valor recolhido, eventualmente, a maior."

Contudo, como o prazo para o pedido de restituição do tributo era até o dia 10 de outubro de 2000 e o pedido apenas foi protocolado no ano de 2002, ou seja, fora do prazo, voto no sentido de conhecer do recurso voluntário, por ser tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, INDEFERINDO a solicitação da contribuinte e ratificando o r. Acórdão de nº 6.613, de 30 de setembro de 2005.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2007.



ANTÔNIO RICARDO ACCIOLY CAMPOS